

# POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Marques Mendes acusa Sócrates de intentar um projecto de “poder pessoal” sem paralelo no regime democrático



### Destaques:

Actividades do Presidente

Pag. 2 e seguintes

Debate Mensal com o Primeiro-Ministro

Leia no interior

Campanha eleitoral para Lisboa

Leia no interior

Actividades do Presidente

## Marques Mendes acusa Sócrates de intentar um projecto de “ poder pessoal” sem paralelo no regime democrático

O líder do PSD, Marques Mendes acusou, quinta-feira passada, José Sócrates de levar à prática um projecto de “controlo de poder pessoal”, como não se tinha visto em anteriores governos do PS.

“Todos os governos têm os seus pecados mas nunca se viu nada assim e os governos anteriores do PS, com os seus defeitos, não têm nada a ver com o que se está a passar. É um projecto de controlo de poder pessoal do primeiro-ministro sobre a administração pública, os agentes económicos e a comunicação social, em que os comissários políticos, sentindo as costas protegidas, acham que têm condições para punir o delito de opinião”, comentou Marques Mendes.

O líder do PSD falava em Aveiro, na tomada de posse da nova concelhia do partido, presidida por Rocha de Almeida, que reafirmou o apoio ao independente Élio Maia como presidente da Câmara e à coligação com o CDS que permitiu destronar o PS da autarquia.

A ocasião foi aproveitada pelo líder do PSD para acusar o Governo de confundir “maioria absoluta com poder absoluto, criando um clima de intolerância e de asfixia da democracia”.

Marques Mendes considerou disso exemplo a demissão da directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, por não ter retirado um cartaz em que se discordava da política do ministro, “para ser substituída por um comissário político do PS”.

“Assistimos a episódios de perseguição política e intolerância, como não se via há 30 anos e os ministros acham normal...”

“É um problema sério de liberdade e de qualidade da democracia”, criticou, lembrando



outros exemplos, como o processo disciplinar ao professor “por causa de uma piada” instaurado pela Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), ou o facto do primeiro-ministro mover um processo crime ao autor “de um blog que não lhe é favorável”.

Com tal clima, conclui Marques Mendes, “não é de estranhar que, quando se fala em avaliação na Função Pública se duvide se vai ser rigorosa, ou se será a oportunidade para as perseguições dos que possam ter opiniões discordantes” das chefias.

Recoo na Ota e recoo no TGV: esforços do PSD para evitar que Portugal embarque em obras dignas de “faraós do Egipto antigo”... e inúteis para a Nação!

O líder do PSD reivindicou

também para o seu partido a marcação da agenda política, “enquanto o Governo, que se dizia reformador, não faz reformas”.

“É o PSD que marca a agenda política desde há meses. Foi o PSD que conseguiu criar o ambiente para o Governo recuar em relação ao aeroporto na Ota e vamos continuar com o tema do TGV, que não é um capricho, uma teimosia nossa, ou uma questão partidária mas uma questão nacional”, disse.

Clarificando, Marques Mendes disse não estar contra a modernização do transporte ferroviário, nem tão pouco contra os acordos com Espanha nessa matéria mas sim contra o modelo económico e financeiro, que “é uma enorme SCUT a pagar por futuras gerações”.

“É preciso que os portugueses saibam que o TGV é três vezes mais caro que a Ota e há que ponderar os custos e benefícios. O PSD não embarca em aventuras e a preocupação do Governo é fazer obra a qualquer preço, só porque não tem resultados para mostrar”, sublinhou.

**Marques Mendes, aconselha Governo a “aprender com os bons exemplos” das unidades hospitalares privadas**

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, aconselhou hoje o Governo a “aprender com os bons exemplos” das unidades hospitalares privadas,

lamentando a “degradação” do Serviço Nacional de Saúde.

“As unidades privadas são bem vindas e devem ser incentivadas, mas isso não deve significar a degradação do Serviço Nacional de Saúde”, defendeu Marques Mendes, em declarações aos jornalistas no final de uma visita a um hospital privado de Lisboa.

Lamentando a “degradação muito grande” que atinge o Serviço Nacional de Saúde, o líder social-democrata aconselhou o executivo socialista a “aprender com os bons exemplos” das unidades de saúde privadas, porque existem utentes “que não têm recursos para aceder aos hospitais particulares”.

“É preciso parar para reflectir, porque as coisas não vão no bom caminho”, sublinhou, considerando que a política para a Saúde que está a ser seguida pelo executivo de José Sócrates “está a correr muito mal”, não se percebendo qualquer “fio condutor”.

Apesar das críticas, Marques Mendes escusou-se a avaliar o desempenho do ministro da Saúde, Correia de Campos, afirmando apenas que “as coisas não vão no bom caminho”.

“Não se compreende que um Governo que se diz socialista pratique uma atitude tão liberal”, acrescentou, acusando o executivo de ter vindo a “desguarnecer” o Serviço Nacional de Saúde

– PL c/ Lusa.





# Relatório para a sustentabilidade do SNS ataca bases do sistema público de saúde.



PSD, CDS-PP e Bloco de Esquerda criticaram as conclusões do relatório para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, que consideraram atacar as

bases do sistema público de saúde.

“Estas medidas não corporizam uma reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS), elas são autenticamente o dobre de finados do Estado social”, afirmou Ana Manso, numa declaração política na Assembleia da República, antes do período da ordem do dia.

A deputada do PSD sublinhou que os portugueses já pagam directamente 32,5 por cento dos cuidados que saúde que recebem e insurgiu-se contra a possibilidade - prevista no relatório - de aumento das taxas moderadoras e diminuição dos utentes isentos e dos benefícios fiscais com a saúde.

“Será que é politicamente sério impor mais sacrifícios aos portugueses (...) quando os serviços de saúde definham e encerram?”, questionou Ana Manso, que exigiu explicações ao Governo sobre o relatório.

“Exigimos ao Governo que se

pronuncie sobre cada uma das recomendações do relatório que encomendou e não rejeitou”, disse.

Também o CDS-PP se associou às críticas, sobretudo nos pontos relativos ao aumento das taxas moderadoras e diminuição dos benefícios fiscais, e criticou o modelo de decisão do Governo socialista.

“Sempre que há uma matéria que é difícil de decidir o Governo encomenda um relatório, sempre que há uma matéria que é mais popular, o Governo faz um foguetório”, criticou, apelidando esta técnica de “VSP, a ver se pega”.

Na mesma linha, o deputado do Bloco de Esquerda João Semedo lamentou que o ministro da Saúde, Correia de Campos, tivesse ocultado este relatório - que possuía desde Fevereiro - acusando a bancada socialista de “cumplicidade”.

“O ministro não mostrou o relatório, mas os deputados do PS também não o queriam ver e muito menos queriam que alguém o visse”, criticou.

Para o deputado do Bloco, o

documento “é um verdadeiro manual de instruções de como fazer os portugueses passarem a pagar os seus cuidados de saúde”.

Dirigindo-se sobretudo ao PSD, o deputado socialista Manuel Pizarro lamentou que não tenha havido “uma proposta concreta” para assegurar a sustentabilidade do SNS e, sem se pronunciar sobre as suas recomendações, elogiou a “grande qualidade técnica e política” do relatório.

Ana Manso questionou ainda Pizarro, já sem resposta, se concordava com a extinção da ADSE ou com o fim das isenções para as crianças até aos 12 anos.

“[Correia de Campos] às quintas-feiras é ministro no Conselho de Ministros, no resto da semana é liquidatário do Serviço Nacional de Saúde”, criticou a deputada social-democrata.

## Mais um caso de “asfixia democrática”!!!

### Voltamos ao tempo dos “bufos” e da Pide!

O PSD prometeu também “exigir responsabilidades” sobre a exoneração da directora de um Centro de Saúde por não ter retirado um cartaz com declarações do ministro da Saúde “em termos jocosos”, considerando que é mais um caso de “asfixia democrática”.

“Vamos tentar esclarecer melhor o caso, mas não deixaremos de interpelar o ministro da Saúde sobre esta situação, exigindo responsabilidades. Este não é um caso isolado, é mais um caso que demonstra o clima de asfixia democrática”, afirmou à Lusa o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Pedro Duarte.

A directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, Maria Celeste Cardoso, foi exonerada pelo ministro da Saúde por não ter retirado um cartaz das instalações do centro contendo declarações de Correia de Campos “em termos jocosos”.

O despacho de exoneração da licenciada Maria Celeste Vilela Fernandes Cardoso foi publicado quinta-feira em Diário da República, cuja cópia foi fornecida à agência Lusa por deputados socialistas que se

manifestaram “incomodados com a situação”.

Recordando que o PSD tem reiteradamente denunciado o “clima de asfixia democrática” existente, Pedro Duarte considerou que a exoneração de Maria Celeste Cardoso demonstra que “esse clima está a alastrar-se a toda a administração pública”.

“E não há da parte dos maiores responsáveis um posição de rejeição desta situação”, sublinhou, considerando, mesmo, que o Governo “tem promovido” este “clima de asfixia democrática”.

“Estamos muito preocupados, porque estas situações interferem com os pilares democráticos”, acrescentou o vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata.

No despacho de exoneração de Maria Celeste Cardoso pode ler-se o seguinte: “Pelo despacho (...) do Ministro da Saúde, de 05 de Janeiro, foi exonerada do cargo de directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho a licenciada Maria Celeste Vilela Fernandes Cardoso, com efeitos à data do despacho, por não ter tomado medidas relativas à afixação, nas instalações daquele Centro de Saúde, de um cartaz que utilizava declarações do Ministro da Saúde em termos jocosos, procurando atingi-lo”.

Perante este caso, considera-se demonstrado a situação de Maria Celeste Cardoso “não reunir as condições para garantir a observação das orientações superiormente fixadas para a prossecução e implementação das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde”. O despacho está datado de 01 de Junho. - Fonte: **PL e Lusa**



## Eusébio confiante na vitória de Negrão apoia candidato porque “É do PSD”

O antigo futebolista Eusébio considerou que a candidatura Fernando Negrão à Câmara de Lisboa “tem todas as possibilidades” de ganhar as eleições e reconheceu que não poderia recusar o convite do PSD para apoiar a sua candidatura.

“Nunca escondi que sou do PSD. O PSD pediu, não posso dizer que não”, afirmou o antigo futebolista da selecção nacional e do Benfica Eusébio Ferreira da Silva, quando questionado sobre as razões que levaram a apoiar a candidatura de Fernando Negrão às eleições intercalares de 15 de Julho.

Eusébio, que falava aos jornalistas num restaurante em Lisboa onde almoçou com Fernando Negrão, manifestou-se ainda confiante quanto aos resultados que os sociais-democratas irão alcançar, considerando que “há todas as possibilidades e condições para Fernando Negrão e o PSD ganharem as eleições”.

Fernando Negrão, que confessou a sua “simpatia” pelo Benfica, retribuiu a confiança manifestada pelo “pantera-negra” na sua candidatura, apontando Eusébio como “um exemplo de determinação e luta”.

“É um grande campeão e um orgulho para Lisboa”, acrescentou, salientando a “grande satisfação” em ter o apoio de Eusébio na corrida às eleições intercalares para a Câmara de Lisboa.

Também presente no almoço com Eusébio esteve o deputado e jornalista Ribeiro Cristóvão, último na lista de Fernando Negrão à Câmara de Lisboa, apesar de ser o único simpatizante do Sporting à mesa.

“Entre nós não há barreiras, mais do que um benfiquista, o Eusébio é



uma figura nacional. O nosso maior desportista”, disse Ribeiro Cristóvão.

### «Diga de sua Justiça» Primeiros resultados do “Tempo de Antena” que Fernando Negrão deu aos Lisboetas

Dar “tempo de antena” aos lisboetas é o objectivo das dez tendas que a candidatura de Fernando Negrão instalou na cidade e que representam “um acto simbólico” da “volta” que o candidato social-democrata quer dar ao funcionamento da Câmara.

“Diga de sua justiça” foi o nome dado às tendas que irão percorrer 20 freguesias da cidade de Lisboa ao longo da próxima semana e que, segundo o candidato social-democrata, “são um acto simbólico para dizer que é preciso dar a volta ao funcionamento da Câmara”.

“Os serviços têm de mudar radicalmente. A Câmara tem de estar ao serviço dos cidadãos e não os cidadãos ao serviço da Câmara”, sublinhou Fernando Negrão, em declarações aos jornalistas junto da primeira tenda a ser montada, na Praça de Londres.

Comprometendo-se a descentralizar os serviços da autarquia caso vença as eleições intercalares para a Câmara de Lisboa

marcadas para 15 de Julho e “aproximar a autarquia dos cidadãos”, Fernando Negrão prometeu criar “pontos de contacto directo com a população”.

“A Câmara tem sido um órgão distante”, lamentou.

Nas dez tendas, os lisboetas vão poder registar por escrito as críticas e sugestões que entenderem ou, se assim o quiserem, gravar o ser depoimento em vídeo, que ficará disponível no site da candidatura na Internet ([www.fernandonegrao.net](http://www.fernandonegrao.net)).

Da parte do candidato ficou a promessa de que responderá às questões mais relevantes.

“Não vou poder responder a todos porque estamos numa campanha”, admitiu Fernando Negrão, incitando,

contudo, os lisboetas a ter “uma atitude mais pró-activa” e prometendo que irá ter em conta as ideias apresentadas.

Poucos minutos depois da ‘inauguração’ da tenda, Fernando Negrão recebeu as primeiras sugestões de uma lisboeta que defendeu a criação de mais habitação na cidade, nomeadamente através da reabilitação dos prédios devolutos.

“É uma boa ideia, é preciso renovar as gerações em Lisboa”, disse o candidato social-democrata, que aproveitou para questionar a primeira ‘cliente’ da tenda sobre o que pensa da ideia de alargar a rede de metropolitano até Alcântara.

“Acho óptimo”, respondeu de imediato a sua interlocutora.





Neste momento, os cidadãos já podem aceder aos postos móveis de atendimento localizados em:

Marvila - Junto ao restaurante Lagardère

Santa Maria dos Olivais - Frente ao Mercado da Encarnação Norte

Anjos- Frente à Igreja

Belém - Pasteis de Belém

Praça do Comércio - Junto às obras do Metro

Campolide - Passeio ao lado da Valenciana

Largo da Graça

Benfica - Junto à pastelaria Nilo Lumiar- Frente ao Centro Comercial do Lumiar

Alvalade- No Largo da Igreja, em frente ao Restaurante Tico-Tico

## Uma afluência inesperada marca o sucesso da iniciativa

Inauguradas a 26, em apenas 4 dias tinham sido registadas 785 visitas activas e 6 280 respostas.

Os temas propostos e as respectivas respostas (por qualidade apercebida e em percentagem) são os seguintes:

Fernando Negrão afirma que “Todos os candidatos têm obrigação de tornar Lisboa governável”

Fernando Negrão, escusou-se hoje a revelar se aceitará ter pelouros caso perca as eleições, apesar de reconhecer que todos os candidatos têm “obrigação de tornar Lisboa governável”.

Em entrevista à TSF, o candidato do PS às eleições autárquicas da capital, António Costa, afirmou que pretende atribuir pelouros a vereadores da oposição se vencer as eleições, independentemente de ter ou não maioria absoluta.

Questionado sobre se aceitará ter pelouros, caso António Costa vença as eleições intercalares marcadas para 15 de Julho e lhe atribua algum, Fernando Negrão não respondeu directamente, declarando apenas que todos os candidatos que venham a ser eleitos têm uma obrigação.

“Todos temos a obrigação de tornar Lisboa governável”, afirmou.

Interrogado sobre se pretende

também atribuir pelouros a vereadores da oposição caso ganhe as eleições, o candidato social-democrata remeteu a resposta para depois de serem conhecidos os resultados.

“Tudo depende dos resultados”, admitiu.

Dos resultados dependerá



também a existência de “acordos pontuais ou coligações”, acrescentou o candidato do PSD.

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, classificou hoje as obras no Túnel do Rossio e no Terreiro do Paço como “duas feridas” na Baixa da cidade, condicionadoras do desenvolvimento da zona.

“São duas feridas na Baixa”, afirmou Fernando Negrão, em declarações aos jornalistas junto às obras do metropolitano de Lisboa no Terreiro do Paço, “que já têm dez anos”, e depois de ter visitado a empreitada da REFER no Túnel do Rossio, que começou há três anos.

“São obras condicionadoras no desenvolvimento desta zona (...), impedem qualquer desenvolvimento”, sublinhou o candidato social-democrata, acrescentando que só o encerramento do Túnel do Rossio implica o “desvio” de cerca de 60 mil pessoas por dia para Entrecampos e Sete-Rios.

Recordando a promessa do

Governo de que ambas as empreitadas estarão concluídas em Dezembro deste ano, Fernando Negrão disse esperar que assim seja, para então ser possível avançar com a requalificação da zona do Terreiro Paço, “que tem um valor simbólico”.

Uma requalificação que, segundo o candidato do PSD, poderá passar pela saída de “alguns” ministérios daquela zona.

“Penso que não devem sair todos os ministérios, até pelo valor simbólico da Praça”, referiu Fernando Negrão, defendendo a transformação do Terreiro do Paço “num espaço de marca da cidade de Lisboa”, à semelhança do que acontece com a Praça de São Marcos, em Veneza.

Fernando Negrão, que falava aos jornalistas a poucos metros do Rio Tejo, defendeu ainda a transferência de competências da Administração do Porto de Lisboa para a Câmara Municipal relativamente à zona ribeirinha da cidade.

“É preciso que as competências da Câmara de Lisboa sejam alargadas à

Câmara Municipal tem de ter uma palavra”, sublinhou.

## Negrão quer o fim do mal-estar entre o Governo e os agentes culturais

Num dia de pré-campanha com diversas acções dedicadas à Cultura, Fernando Negrão aproveitou para apelar ao fim do «clima de crispação e de guerrilha» que existe entre o Governo e alguns agentes culturais. «Por exemplo, na Orquestra Metropolitana de Lisboa há um clima de alguma guerrilha institucional com o Governo, um clima de mal-estar que não pode continuar», exemplificou o candidato.

No final de uma visita ao teatro “A Comuna”, e depois de já se ter deslocado à Orquestra Metropolitana de Lisboa, Hot Clube de Portugal e ao Teatro Taborá, Fernando Negrão defendeu ainda a necessidade da «cultura continuar a ser apoiada», quer pelas autarquias, quer pelos executivos.

Depois de ter ouvido as queixas do actor João Mota, um dos fundadores do teatro “A Comuna” que alertou para os atrasos no pagamento dos subsídios da Câmara de Lisboa à instituição, Fernando Negrão referiu-se também à necessidade de «uma maior agilização» nos processos de financiamento. «São verbas que já estão inscritas no Orçamento, que apenas a burocracia impede o seu pagamento», sublinhou Negrão, que se mostrou defensor de uma maior coordenação entre o poder central e a Câmara de Lisboa, no âmbito da política cultural para a cidade.

## Fernando Negrão rejeita extinção de freguesias com menos eleitores

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa está contra a hipótese de extinção das freguesias de Lisboa com menos eleitores, considerando que a aposta deve ser antes no reforço do seu papel.

Após um encontro com os





presidentes de Junta de Freguesia em risco de extinção, no Castelo de S. Jorge, Fernando Negrão destacou o papel social desempenhado por aqueles órgãos do poder local.

Para o cabeça-de-lista do PSD, «devemos apostar mais na descentralização e não em mais centralização».

Recorde-se que no âmbito da nova legislação que o Governo está a preparar, prevê-se a extinção de freguesias com menos eleitores.

### O bom trabalho dos clubes desportivos da cidade. Ainda a solução Portela +1

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa elogiou o papel fundamental dos clubes no trabalho com os jovens. De acordo com Fernando Negrão, às autarquias cabe «fiscalizar o trabalho para ver se está a ser bem feito».

Depois de percorrer as salas de troféus do Belenenses, ver o relvado do estádio e falar com dirigentes do clube, Fernando Negrão lamentou a falta de equipamentos desportivos em Lisboa. «Só nos lembramos do futebol, mas há também o atletismo, a natação, o andebol, o basquetebol», frisou.

A meio da tarde, o candidato visitara o Atlético Clube de Portugal.

De manhã, num debate promovido pela Associação Comercial de Lisboa, Fernando Negrão admitiu baixar os impostos municipais para as empresas estrangeiras que queiram investir na cidade. O candidato considera que hoje se está a viver uma mudança de paradigma e que as cidades são «cada vez mais instrumentos de criação de riqueza» e que a iniciativa privada é fundamental.

Negrão apelou ainda à manutenção do aeroporto da Portela, a funcionar em simultâneo com um



segundo aeroporto para voos “low-cost”. Segundo o cabeça-de-lista do PSD, a solução para o esgotamento da Portela terá que passar pela «solução mais barata, mais adequada e mais próxima de Lisboa, que será a actualização da base aérea do Montijo juntamente com a Portela».

### Manuela Ferreira Leite percorre Jardim da Estrela com Fernando Negrão

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Negrão, visitou a feira de artesanato que se realiza no primeiro domingo de cada mês no Jardim da Estrela.

Nesse passeio, onde teve

oportunidade de cumprimentar e falar com vários lisboetas, foi acompanhado pela sua mandatária de candidatura, Manuela Ferreira Leite.

Na mesma visita, alguns presidentes de juntas de freguesias dos bairros ocidentais de Lisboa acompanharam o passeio e explicaram ao candidato as principais dificuldades dos seus bairros, referindo os projectos em curso e as soluções necessárias para os problemas mais prementes.

Manuela Ferreira Leite trocou impressões com o candidato e reafirmou a sua firme convicção numa vitória certa do candidato para a presidência da Câmara de Lisboa.

### Encerramento da Convenção Autárquica para Lisboa Lisboetas não querem o Governo na câmara ou mais asfíxia para a cidade

Na intervenção de encerramento da Convenção “Lisboa à Frente”, Fernando Negrão pediu a concentração de votos na equipa que lidera. Para o candidato do PSD, as eleições de 15 de Julho «são demasiado importantes para se desperdiçar os votos noutras candidaturas». Negrão entende que esta é uma «aposta segura» para os eleitores que «não querem o Governo na câmara ou mais asfíxia para a cidade».

Fernando Negrão referiu-se aos exemplos recentes que têm ocorrido no país, nomeadamente o caso da directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, e o episódio da DREN, como situações que, para o candidato, são o sintoma de um «clima de medo que se vive no país», e que Negrão quer evitar que se transfira para a maior autarquia nacional.

### Intervenção de Marques Mendes

Por seu turno, o presidente do PSD lembrou que «votar no candidato do PS, nesta altura do campeonato, é meter o Governo na câmara, é a câmara ser uma filial do Governo».

Perante uma plateia de candidatos, dirigentes, autarcas e militantes e simpatizantes, Luís Marques Mendes sublinhou que votar no PS e em António Costa significaria também meter dentro do município o clima de «arrogância, intolerância e amiguismo». - - Gab. Imp. F. Negrão, fotos Luís Saraiva





# O PSD, europeísta por convicção e vocação não abdica do referendo porque a última palavra é dos cidadãos!



*reforço do papel da Europa no mundo.»*

## A primeira intervenção de Marques Mendes O PSD não pode deixar de exigir o cumprimento das promessas referendárias

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é a terceira vez que Portugal vai exercer a Presidência da União Europeia. As duas anteriores Presidências correram bem. É importante que o mesmo suceda desta vez: é importante para a Europa, para aprofundar o projecto europeu, e é importante para Portugal, para que reforce o seu prestígio na Europa e no mundo.

Estamos de acordo que este é um momento de relevante interesse nacional. A Europa é um traço de união entre os portugueses. Por isso mesmo, o Governo sabe que pode contar com o PSD para que Portugal faça uma boa presidência: uma presidência digna, eficaz e com resultados. É o que os portugueses e os europeus esperam de nós!

Quero dizer também, nesta ocasião, Sr. Primeiro-Ministro, que o programa apresentado merece o nosso acordo. É importante a prioridade conferida à aprovação final

do tratado. É importante o conjunto de cimeiras que a Presidência vai levar a cabo. Destaco, aqui, de uma forma muito especial, a cimeira da União Europeia com o Brasil e a com África. São sinais importantes, tal como as conferências Euro mediterrânicas, de abertura da Europa ao mundo, e abertura com a marca do universalismo português.

É importante também, em terceiro lugar, o conjunto de iniciativas no domínio económico e da competitividade da União Europeia. Sublinho, aqui, a importância de dossiers como o da energia, o das alterações climáticas, o da revisão do mercado interno e o do relançamento, como referiu, da Estratégia de Lisboa, cujo propósito é muito positivo e cujos resultados estão ainda muito longe das expectativas esperadas. Mas esta agenda parece-nos importante, sobretudo porque a Europa tem de se preocupar, no futuro, cada vez menos com a sua organização e o seu funcionamento e cada vez mais em ter uma agenda que vá de encontro às reais preocupações dos europeus, preocupação com o crescimento económico, o emprego e a solidariedade. É isto que nos pode dar uma Europa mais coesa e competitiva. É isto que pode ajudar a

Por uma vez, o encontro mensal com o Primeiro-Ministro, assumiu características especiais, pois a Presidência Portuguesa da União Europeia (a 3ª desde a adesão de Portugal à EU) ocupou as considerações do chefe do Governo e da Oposição, e dada a vontade geral da Oposição de manter uma atitude de Estado, nos assuntos que directamente se prendem com a EU, o debate, embora por vezes polémico e áspero (principalmente quanto à questão do Referendo) decorreu sem grandes sobressaltos, pois Sócrates teve o bom senso de evitar as atitudes agressivas e os argumentos vitimistas a que nos tem habituado.

Num dos parágrafos da sua intervenção de abertura (*e que reproduzimos*), disse:

*«É já a partir do próximo domingo que Portugal assume a Presidência da União Europeia. Esta é, portanto, a ocasião para Portugal reafirmar aquele que é o seu compromisso firme com o projecto de construção europeia.*

Sabemos bem que os interesses de Portugal se jogam na construção da Europa. Pertencem, tal como muitos de nós, à geração de políticos e de cidadãos que já nasceu com o projecto europeu e que continua a considerá-lo como um dos projectos mais importantes, mais generosos e mais críticos não apenas para a Europa, mas também para o mundo. Quero, por isso, assumir aqui e neste momento a ideia-força que orienta a Presidência portuguesa da União Europeia: construir uma Europa mais forte para um Mundo melhor!

Queremos uma Europa que vença os impasses que têm estado a encurtar

os seus passos. Uma Europa que seja capaz de enfrentar os desafios globais e que aproveite também as oportunidades destes tempos de mudança. Uma Europa que saiba construir novas pontes de diálogo e que seja uma voz mais presente e mais decisiva num mundo que precisa de estabilidade, de justiça e de desenvolvimento.

*A Presidência portuguesa articula-se, por isso, em torno de três eixos fundamentais: o primeiro é a reforma dos Tratados; o segundo é uma agenda de modernização das economias e das sociedades europeias; e o terceiro é o*



construir uma verdadeira Europa dos cidadãos.

Daí também a importância do acordo alcançado, no passado fim-de-semana, no Conselho Europeu.

Pode não ter sido o acordo ideal, mas foi um acordo importante e o acordo necessário para a Europa vencer a crise em que estava mergulhada e ultrapassar o impasse institucional.

Esse acordo, do nosso ponto de vista, é de saudar. Os princípios fundamentais que tínhamos definido para este acordo estão consagrados: o princípio da igualdade entre os Estados e a recusa do directório; o princípio da coesão económica e social; o reforço do papel dos parlamentos nacionais; o equilíbrio relativo entre os Estados em termos de ponderação de votos, que tinha sido adquirido na anterior negociação; a carta dos direitos fundamentais; e a simplificação do processo decisório dentro da União Europeia. São apenas alguns de vários outros pontos que estão contemplados e por isso consideramos que é um acordo importante e positivo para o futuro da União Europeia.

É certo que ainda não temos tratado, mas não é menos verdade que já toda a gente conhece o conteúdo que esse tratado vai ter. E esse conteúdo, no essencial, representa 80% a 90% do que já estava previsto no anterior Tratado Constitucional. Ou seja, não é um acordo minimalista e ainda bem — ainda bem para a Europa e ainda bem para Portugal!

O que nos leva, por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, a uma última questão, que é a do modo de ratificação do futuro tratado: a questão do referendo.

A este respeito, quero deixar claro que considero que não há assuntos tabus na política, em Portugal, e que todos os temas devem ser livremente debatidos, porque cada um interpreta o interesse nacional.

Agora que já há um conteúdo para o Tratado, agora que já se conhece o que vai ser o conteúdo do Tratado, não há razão alguma para não se ter uma orientação política relativamente à questão do referendo. A nossa orientação é clara: entendemos que, na altura própria, deve ser realizado um referendo, que os portugueses devem ser consultados.

Este referendo foi prometido em 2002, foi prometido novamente em 2005, até já teve data marcada, até já originou uma revisão extraordinária da Constituição.

Mais ainda: há nove anos, esta Câmara, com os votos conjugados do seu partido, do meu próprio e do CDS-PP, deliberou fazer um referendo sobre o Tratado de Amesterdão, esse, sim, um Tratado pequeno e minimalista.

Perante todo este «histórico» e todos estes compromissos, acho que nenhum português compreenderia que não fosse dada oportunidade aos

portugueses de se pronunciarem.

Por isso mesmo, quero fazer-lhe uma única pergunta, *é mesmo a única que coloco.*

Será que o Sr. Primeiro-Ministro assumiu, perante os seus colegas europeus, algum compromisso de não realizar o referendo em Portugal?

É uma pergunta simples e directa para uma resposta «sim» ou «não».

A terminar, quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, e anunciar aos

alguns apontamentos e comentários em relação à resposta que o Sr. Primeiro-Ministro me deu há instantes, no que toca à questão do referendo. *(O PM tinha dito o seguinte: Quero responder ao Sr. Deputado Marques Mendes. E a minha resposta resume-se a uma palavra: não! Não, não me entendi com qualquer líder europeu sobre a ratificação do tratado, porque o meu primeiro entendimento é com o Parlamento e com os*



portugueses, que, na altura própria, formalizaremos a nossa própria proposta com vista à realização de um referendo europeu em Portugal, para honrar os compromissos assumidos perante os cidadãos.

Cumprir a palavra não é uma questão de somenos, é uma questão política essencial.

Mas fá-lo-emos, acima de tudo, em homenagem à Europa dos cidadãos. A Europa dos cidadãos faz-se com a participação dos cidadãos, não nas suas costas ou à sua revelia.

Há que não termos medo da vontade popular, nós que somos europeístas convictos e que queremos reforçar a opção europeia de Portugal. É uma questão de cidadania e de responsabilidade!

A 2ª intervenção de Marques Mendes:

Os desafios essenciais para a Europa

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras e Srs. Deputados: queria abordar, nesta intervenção, aqueles que consideramos ser os desafios essenciais para a Europa nos próximos anos. Contudo, não posso deixar de, em primeiro lugar, fazer

portugueses — e nunca faria isso!)

O primeiro ponto é o seguinte: o PSD saúda e apoia o acordo que foi alcançado no último Conselho Europeu. O PSD saúda e apoiará o Governo nos esforços para que Portugal desempenhe uma boa Presidência.

Esta é matéria de consenso nacional e é um traço de união entre os portugueses.

Ao mesmo tempo — este é o segundo ponto —, o PSD tem convicções e coerência no que se refere à questão do referendo. Não abdicamos das nossas convicções nem da nossa coerência. E, acima de tudo, não estamos disponíveis para fazer tábua rasa dos compromissos que todos assumimos perante os portugueses.

O único argumento invocado para dizer que não é tempo de definir uma orientação política sobre esta matéria é o de que ainda não há tratado. Pois não. Não há tratado. Mas já toda a gente sabe o conteúdo que o tratado vai ter!

Se não se soubesse o conteúdo, não tinha havido acordo em Bruxelas; se não se soubesse o conteúdo, não tinha havido mandato claro e preciso para

a Presidência da União Europeia. Esta é que é a questão.

Não vale a pena «tapar o sol com a peneira». Toda a gente, em Portugal, que se interessa por estas matérias sabe qual é o conteúdo que o tratado vai ter, conhece os termos do acordo. Mais: alguns, destacados e proeminentes figuras da política em Portugal, até já fizeram contabilidade, chamando a atenção de que 80% ou 90% do conteúdo do novo tratado vem de trás, isto é, do Tratado Constitucional. Ou seja, estão já reunidas todas as condições não para aprovar em concreto o referendo mas para assumir uma orientação política e um compromisso político. Disto não há dúvidas de espécie alguma!

Também não vale a pena o Sr. Primeiro-Ministro dizer que, com esta matéria, se está a introduzir uma divergência na questão europeia. Não. Não é verdade.

Em relação à substância das matérias europeias, estamos de acordo e queremos fazer, novamente, desta matéria um traço de união entre os portugueses. Mas, numa questão de política interna, numa questão de soberania nacional, numa questão que é de credibilidade política, não somos nós que estamos a introduzir divergência. Quem está a divergir deste consenso em relação ao referendo é o Governo e o partido que o apoia, porque prometeram este referendo em 2002, quando ainda não havia tratado, prometeram-no em 2005, voltaram a prometê-lo depois das eleições e, pelos vistos, agora têm dúvidas ou tencionam não honrar os compromissos assumidos perante os portugueses.

Isto é que é divergir! Isto não é um exercício de credibilidade!

Há um aspecto que quero sublinhar no final deste ponto: contem connosco para tudo o que reforce a imagem de Portugal, o consenso nacional em torno da Presidência e das questões europeias. Para nós, ao contrário de outras bancadas, elas são mesmo importantes e essenciais. Mas, atenção, atribuímos uma enorme importância à credibilidade política — honrar os compromissos, cumprir as promessas eleitorais.

Sei que, neste Governo, não se dá qualquer importância a uma questão tão simples como a de prometer aos eleitores uma coisa e, depois, cumprir. Não contem connosco para isso. Esta é uma matéria séria, é uma das razões por que estamos na vida política.

Resolvida esta questão, gostaria de referir que a Europa tem de enfrentar os seus mais importantes desafios, dos quais sublinho três de dimensão estratégica: a questão da competitividade da economia europeia no contexto da globalização; a questão do modelo social europeu; e a questão das relações externas e de segurança da União Europeia. É da capacidade de responder a estas questões estratégicas que resultará o futuro da União Europeia no século XXI.



Em primeiro lugar, a questão da economia. Nos últimos anos, a economia europeia tem dado mostras de algum fôlego, sobretudo tendo em atenção os bons desempenhos de alguns Estados-membros como a Alemanha, a Espanha e os países do centro e leste europeu. Infelizmente, não é o caso de Portugal, cuja economia continua a divergir da média europeia.

Apesar destes sinais, a economia europeia não está ainda plenamente preparada para garantir a sua competitividade à escala global. A Europa carece de levar até ao fim o mercado único, nomeadamente na área da energia e dos serviços financeiros. Com o mercado interno de 1992, a União Europeia atingiu a escala de que precisava; agora, é tempo de introduzir flexibilidade, de modo a agilizar a economia europeia face às economias concorrentes.

Este aspecto é especialmente importante para as pequenas e médias empresas. Elas precisam de flexibilidade, de menos encargos administrativos e de menos barreiras burocráticas. As pequenas e médias empresas dispõem bem excessos regulatórios que as inferiorizam no confronto competitivo. As pequenas e médias empresas têm sido, em Portugal e na Europa, o parente pobre do processo de integração europeia e nós não podemos continuar nesta linha de orientação.

A União Europeia precisa, também, de uma renovada Estratégia de Lisboa. Não nos iludamos.

Até ao momento, os resultados são decepcionantes: houve demasiada retórica, pouca acção e escassos resultados. Ou conseguimos estar na vanguarda do conhecimento e da inovação ou perderemos o desafio da competição global, e a factura a pagar é o empobrecimento.

Também não podemos descurar a obrigação de garantir que o nosso desenvolvimento se processe de forma ambientalmente sustentada. É muito positivo que a União Europeia esteja a assumir um papel liderante no que diz respeito à agenda global do ambiente. As propostas que a Comissão Europeia tem sobre a mesa são muito válidas, muito pertinentes e muito oportunas.

Todavia, há dois aspectos fundamentais que têm de ser garantidos: por um lado, assegurar a coerência e a solidariedade na implementação das medidas por parte dos 27 Estados-membros; por outro lado, mobilizar os grandes parceiros, como os EUA e os denominados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), para a mesma orientação essencial. Se isto não suceder — e é importante que seja dado um impulso já nos próximos seis meses —, a União Europeia pagará uma pesada factura ambiental e ocorrerão graves distorções concorrenciais.

O segundo grande desafio prende-se com o sistema social europeu.

Também aqui a Europa não pode fugir à sua responsabilidade. É preciso ter coragem para debater e para agir. Este sistema social que tanto distinguiu a Europa durante anos face ao mundo está em crise, desde logo por força do envelhecimento da população e das baixas taxas de natalidade. É uma crise que tem de ser enfrentada, e o crescimento da economia é absolutamente essencial.

Torna-se necessário definir um equilíbrio entre flexibilidade de mercados e protecção social, ajustando-o à realidade competitiva dos dias de hoje. Não queremos nem uma protecção social economicamente destruidora nem progresso económico à custa da degradação social.

A verdade é esta: a Europa, que tantas e tantas vezes esteve na fronteira do conhecimento, do desenvolvimento do respeito pelos direitos do homem, esta Europa a que pertencemos, deve encontrar dentro de si mesma as soluções que permitam aos europeus estarem, simultaneamente, na vanguarda do progresso e do bem-estar social. Numa palavra, também aqui precisamos de uma Europa rica, tal como os europeus merecem uma Europa justa e solidária. A competitividade não se pode fazer à custa da solidariedade.

O terceiro desafio estratégico tem a ver com a política externa e de segurança da União Europeia. Sejamos também aqui claros e directos: o impacto internacional da Europa está muito aquém daquilo que seria esperado. De uma Europa com história, com desenvolvimento cultural e social, com peso económico, com recursos disponíveis, com grande experiência na paz e na estabilidade; desta Europa esperar-se-ia muito mais.

No fundo, a Europa ainda continua à procura do seu papel de entidade política no mundo. Todavia, a afirmação da União Europeia no mundo enquanto entidade económica e política, portadora de valores fundamentais e universais é não só desejável como absolutamente necessária para poder ser um factor de equilíbrio e de estabilidade nas relações internacionais.

A Europa deve dotar-se de uma política externa comum que seja firme, consistente e coerente.

Sem uma política externa capaz e uma política de defesa adequada, a Europa será sempre um «anão político» e, com o tempo, uma irrelevância económica.

Claro que esta tarefa não é fácil, mas é essencial ir ultrapassando as peculiaridades de cada Estado e fazer com que a Europa fale a uma só voz.

Só dessa forma podemos enfrentar os riscos próximos que corremos.

Será preciso lembrar o que se passa no Kosovo, em pleno seio da Europa? E a Palestina? E o Líbano?

E a proliferação nuclear? E o terrorismo? Srs. Deputados, é uma



ilusão pensar que estes são problemas dos outros. Não! São problemas nossos, estão próximos de nós e requerem intervenção dos europeus.

No capítulo de defesa, temos de reforçar os laços euro-atlânticos, mas não podemos continuar indefinidamente apenas a contar com os Estados Unidos da América para a nossa protecção. Temos de reforçar os nossos próprios meios de segurança e de defesa. É certo que têm sido dados passos positivos

nesse sentido, mas não parecem ainda serem suficientes. Uma Europa mais unida e mais forte será um importantíssimo factor de paz e de estabilidade no mundo. Só respondendo a estes desafios, que considero estratégicos, a Europa poderá ter uma agenda política a sério. Uma agenda política que não se preocupe tanto com as questões da sua organização e do seu funcionamento mas que vá ao encontro das reais aspirações e preocupações dos europeus, ou seja, a competitividade, o crescimento e o emprego. Só que responder a estes desafios requer também duas questões políticas, prévias e essenciais: debate político e vontade política.

O debate político nesta matéria é essencial. Só ele pode esclarecer os europeus. Só cidadãos esclarecidos podem verdadeiramente estar mobilizados para as dificuldades que enfrentam. É importante, por exemplo, este debate que aqui hoje

está a ser feito sobre a Presidência portuguesa da União Europeia, mas o Parlamento podia ter dado um bom exemplo se, na semana passada, tivesse feito, antes do Conselho Europeu, que era capital, um debate sobre a orientação que Portugal levava para esse Conselho Europeu.

Pedimos esse debate mas, infelizmente, ele não foi realizado.

Não é assim, sem debate político, que se concentram as atenções dos portugueses e dos europeus no projecto de construção da Europa.

Srs. Deputados, acabou o tempo de um projecto europeu baseado apenas na vontade dos Estados e dos Governos que os representam. Este é um sinal dos novos tempos que estamos a viver. Acabou o tempo de decidir sem a participação e a responsabilização dos cidadãos. Ou temos uma Europa dos cidadãos em que eles verdadeiramente participem ou a Europa, a prazo, perde a sua identidade.

Finalmente, a vontade política é o motor indispensável da acção. Sem vontade política, nada se faz e nada se consegue e, sobretudo, a vontade dos dirigentes europeus. Cabe-lhes, acima de tudo, pensar nas próximas gerações, sem egoísmos que não fazem sentido, sem novos proteccionismos que não têm qualquer razão de ser.

O que os europeus desejam é claro: uma Europa alargada e aprofundada, um espaço de paz e de prosperidade,



uma Europa que seja referência de coesão e de solidariedade, uma Europa virada ao mundo e não virada para dentro de si, uma Europa aberta ao mundo e não uma Europa fortaleza, uma Europa na vanguarda do conhecimento e do desenvolvimento à escala mundial.

E Portugal tem aqui um desafio fundamental.

A Europa é mesmo o nosso espaço vital. Somos europeus pela geografia, mas também pela convicção.

Acreditamos nas virtualidades deste grande projecto. Queremos estar sempre na linha da frente e no centro da decisão política, no núcleo duro onde se tomam as decisões dentro da Europa, nunca na margem ou na periferia.

Daí também a importância da Presidência portuguesa da União Europeia. É na Europa e é com a Europa que podemos construir um Portugal maior! – Disse!.

### A intervenção de Mario David

*O Sr. Mário Santos David (PSD):* — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, quero fazer um breve comentário sobre uma informação de grande importância política.

Como acaba de ser referido, o governo holandês acaba de anunciar a forma como tenciona ratificar o futuro tratado. Isto significa que considera que já há conteúdo suficiente para decidir e que não é preciso esperar pelo fim da Conferência Intergovernamental.

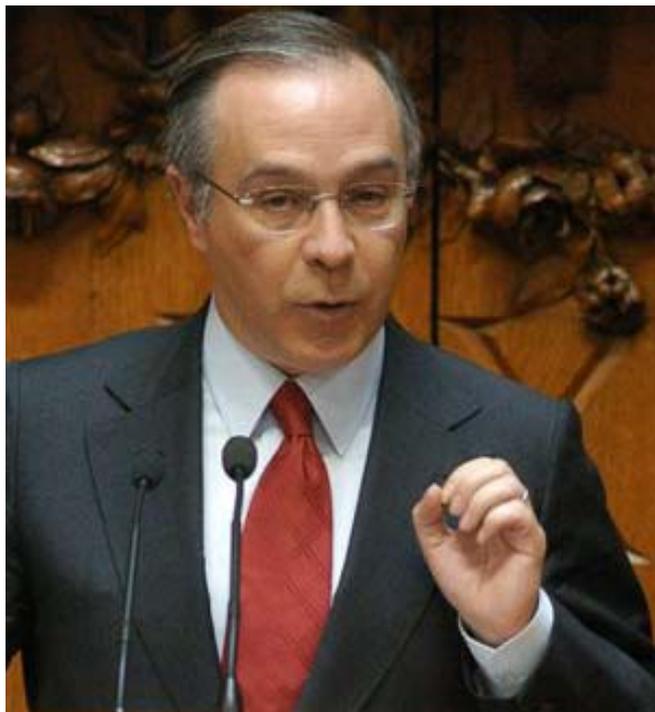
Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, o governo holandês acaba de deitar por terra o seu argumento de que ainda não é tempo de decidir sobre o «sim» ou «não» ao referendo. Pelos vistos, para a Holanda, o conteúdo do tratado está definido. É verdade, todos sabemos que é verdade!

(O sr. Honório Novo, do PCP: Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo!)

Esse conteúdo está aqui, o Sr. Primeiro-Ministro conhece-o, tal como nós.

Mas pode o Governo contar com o apoio empenhado e construtivo do PSD, interna e internacionalmente, para o sucesso da próxima Presidência da União Europeia. A União respira um novo sentimento de esperança e de confiança e a Presidência portuguesa vai iniciar-se com o seu ponto principal de preocupação política praticamente resolvido. Digo-o, Sr. Primeiro-Ministro, sem qualquer intenção de minimizar a importância de termos aprovado no próximo semestre o novo tratado, o tratado reformador.

O Governo anunciou, e bem, aos nossos parceiros comunitários que só avançaria para a convocação de uma conferência intergovernamental desde que a Presidência alemã lhe transmitisse um mandato claro e



preciso.

Esteve também acertado quando insistiu na necessidade de esse mandato ser subscrito pela unanimidade dos 27 Estados-membros para que não houvesse surpresas no caminho. Todos estes objectivos foram atingidos. O deslumbramento foi tanto que o Sr. Primeiro-Ministro se permitiu, desde logo, antecipar a conclusão da CIG para o Conselho Europeu de Outubro, em Lisboa. E tinha razão para estar deslumbrado: os seus pedidos foram de tal modo satisfeitos que, para sermos intelectualmente honestos, pediu um mandato e deram-lhe um tratado quase prontinho. Nunca um mandato foi tão detalhado. Todos os anteriores continham as ideias, os conceitos, os objectivos a atingir; agora dispomos já da própria redacção da quase totalidade do articulado.

No Anexo I das conclusões do último Conselho Europeu remete-se

por 34 vezes para o texto já acordado na CIG de 2004. São 34 vezes em que se indica que se transcrevem integralmente dezenas de artigos do Tratado Constitucional contendo tudo o que é fundamental.

Não podendo mencionar todas as áreas, refiro apenas o peso relativo de cada Estado em termos de votos de cada um no Conselho e em termos de Euro deputados, a regra da dupla maioria, as áreas às quais se alarga o campo de aplicação da co-decisão, as 51 novas áreas em que se transfere a soberania ao passar a sua aprovação da unanimidade para a maioria qualificada. E, quando há inovações, o mandato explicita a redacção dos novos artigos, declarações e protocolos. Se não me enganei, fá-lo 36 vezes, referindo

expressamente que «o objectivo do presente Anexo é esclarecer a formulação exacta, sempre que necessário, e clarificar a posição de

certas disposições».

Desta forma, 80 a 90% do Tratado Constitucional foi recuperado, foi repriminado tudo o que era essencial para um funcionamento mais legítimo, eficaz, transparente e coerente da União Europeia. Era um tratado em que podíamos rever-nos e, por isso, agora que conhecemos o conteúdo final do próximo tratado — que fique bem claro — ele merece o nosso apoio.

Termino, Sr. Presidente: não sendo o tema do momento, mas merecendo também a atenção da comunicação social, não podemos deixar de referir a futura forma de ratificação, já que desde sábado passado, como acabamos de verificar, não colhe a ideia de que temos de aguardar pelo fim da CIG para conhecer o tratado. Com o devido respeito, a verdadeira CIG foi na sexta-feira. E se todos os partidos estavam de acordo sobre referendar o Tratado Constitucional, como e porquê mudar de opinião? Por nós, PSD, prometemos e queremos cumprir.

É uma questão de credibilidade e de seriedade política.

E não receamos o resultado dessa consulta popular, em que vamos empenhar-nos com convicção. Nos corredores de Bruxelas vai-se sussurrando que devia encorajar-se todos os Estados-membros a evitar a realização de referendos. Nada mais errado.

Para europeístas convictos como somos, seria muito mau sinal que os chefes de Estado e de governo quisessem imiscuir-se na forma como cada Estado deve ou não deve ratificar o tratado. Seria uma ingerência inaceitável, um atropelo ao princípio da subsidiariedade. A construção europeia já sofreu muito no passado por atropelos deste tipo.

Não contem com o PSD para ir por aí, mas contem connosco para honrar compromissos e para ajudar a reforçar o consenso europeu em Portugal, porque isso é importante para a Europa, para os portugueses e para Portugal. – Disse! – **Fonte: Gab. Imp. GP/PSD. Fotos Luís Saraiva**





## Intervenção sobre a Petição nº 149/X/1ª, o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local - pretende que seja cumprido o acordo negociado que assinou em 1996, com o Governo presidido pelo Eng. António Guterres.

Deputado Arménio Santos  
Assembleia da República, 28 de Junho de 2007

(...)

Entre outras questões, esse acordo com o governo estabelece a atribuição de suplementos remuneratórios e outras compensações para o trabalho prestado em condições de risco, penosidade e insalubridade.

Para dar execução a esse acordo salarial, o Governo publicou o Dec. Lei 53-A/98, em 11/3/98, mas pelo seu artigo 139, a situação da Administração Local foi remetida para regulamentação própria, que devia ocorrer no prazo de 150 dias (até Agosto de 1998).

Nesse sentido, realizaram-se negociações com os sindicatos do sector, a Associação Nacional de Municípios foi ouvida, foi encontrada uma versão para o projecto de diploma que finalmente iria regulamentar esse trabalho na Administração Local, tendo mesmo merecido parecer favorável do

Conselho Superior de Saúde e Segurança no Trabalho. Mas o facto é que não passou de projecto e não avançou, pelo que persiste o incumprimento da legalidade, com grave prejuízo para os profissionais abrangidos por aquelas condições de trabalho.

Até hoje não há a resposta devida para este problema, o que é inaceitável.

O governo negocia, celebra acordos com os parceiros sociais e depois, por uma ou outra razão, cumpre uma parte e desrespeita a outra.

Ora, o Estado é uma pessoa de bem e o Governo também o tem de ser. Tem, por isso, de honrar os seus compromissos.

Recorde-se que no ano passado, foi aprovada neste Parlamento a Resolução nº 9, em 10 de Fevereiro, sobre o "Regime de compensações



pela prestação do trabalho nocturno na administração local", que podia e devia ter sido aproveitada pelo Governo para dar uma resposta global a todas as situações abrangidas por aquele acordo de 1996. Porém, o Governo contentou-se em resolver apenas o caso da Câmara Municipal do Porto, porque a isso foi obrigado, e mais um ou outro problema.

Ou seja, as expectativas criadas a milhares de trabalhadores da Administração Local, que exercem a sua actividade em condições difíceis, de penosidade e insalubridade, estão a ser defraudadas há largos anos, com todo o cortejo de riscos e de injustiças que tal acarreta.

É neste quadro, que o PSD manifesta a sua solidariedade a estes trabalhadores e expressa o seu apoio às pretensões dos peticionantes.

(...)

## Intervenção sobre o estatuto do aluno

Deputado Emídio Guerreiro  
Assembleia da República, 27 de Junho de 2007

(...)

Iniciativas que reforcem a autoridade na sala de aula, que promovam o respeito que deve existir nas escolas são positivas. As alterações ao estatuto do aluno são genericamente positivas e são um contributo para esse efeito.

Como sabe a Assembleia da República, ao longo de vários meses, criou um grupo de trabalho para estudar e reflectir sobre o aumento da violência na escola. Deste trabalho surgiram um conjunto de propostas que atacando quer a montante quer no espaço escolar são contributos decisivos para combater o flagelo da violência e da indisciplina dentro da escola.

Está o governo disponível para implementar estas medidas?

(...)

Apesar de considerarmos estas alterações um contributo positivo, que poderá ainda ser reforçado na discussão da especialidade, o problema da indisciplina e da violência na escola não se resolve por decreto!

(...)

É na escola que os jovens consolidam a sua personalidade. E neste processo é fundamental o exemplo que os responsáveis dão à

comunidade educativa.

Em neste particular, a sua acção tem sido, sistematicamente a de mau exemplo para os jovens e para a comunidade educativa em geral!

Desde logo no exemplo que deu e que continua a dar na questão da repetição dos exames de Física e Química do 12º ano. Como era previsível o Tribunal Constitucional veio confirmar o que tantos especialistas já tinham afirmado: a sua decisão foi ilegal e discriminou negativamente milhares de jovens que não tiveram a possibilidade de fazer duas provas!

Ao longo de um ano a Senhora Ministra recusou-se a fazer o mínimo que se exigia neste caso: pedir desculpa aos jovens e às famílias que foram objectivamente prejudicados pela sua decisão!

Conhecida a decisão do Tribunal Constitucional a Senhora Ministra vem dizer que faria tudo de igual forma !!

Ou seja, em vez de, finalmente, num acto de humildade democrática que se saudaria, pedir desculpa pelo erro e pela ilegalidade cometida, a Senhora Ministra mantém-se do alto da sua arrogância, dando um péssimo exemplo a toda a comunidade

educativa e ao país, promovendo a tese que as decisões dos tribunais, da Justiça Portuguesa não são para cumprir nem levar a sério!!!

Senhora Ministra outro mau exemplo dado ao país é o que sucedeu com a Associação de Professores de Matemática, onde por manifestarem uma opinião diferente da tese oficial, foram imediatamente excluídos da comissão de acompanhamento do Plano de Matemática! Ou seja hoje em dia é proibido discordar!!!

E que dizer do exemplo dado na DREN?

A protecção dada à senhora directora regional é um verdadeiro escândalo!!!

Manter em funções uma Directora que promove nos seus serviços a delação, que promove perseguições políticas aos seus subordinados, que incentiva o delito de opinião, que conta anedotas em jantares oficiais e que insulta repetidamente presidentes de câmara em reuniões formais é o pior exemplo que se pode dar e em nada contribui para a formação democrática dos jovens e muito menos para a necessária estabilidade nas escolas!



## Intervenção sobre Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário

Deputado Fernando Antunes  
Assembleia da República, 28/Junho/2007

(...)

Estamos a discutir a Proposta de Lei do Governo, sobre o “Estatuto do aluno” e podemos e devemos interrogar-nos sobre o porquê do aparecimento desta Proposta após quase dois anos e meio de Governo Socialista!

A resposta que todos sabemos corresponde infelizmente a uma verdade que todos sentimos – **há hoje menos segurança, menos disciplina, há hoje mais violência, mais indisciplina nas Escolas Portuguesas.**

As causas deste fenómeno preocupante têm, a nosso ver, duas motivações, que sendo “sinais do tempo que vivemos”, não deixam de ser o resultado da sociedade que temos, com uma crise de valores gritante onde o social, o **humanismo e a solidariedade que enchem a boca de todos**, são permanentemente espezinhados, resultando numa sociedade dramaticamente mais pobre e culturalmente indiferente.

Esta causa que é exterior à Escola tem efeitos claros no interior da Escola.

Será possível que com famílias mais pobres, mais disfuncionais, mais desajustadas, mais excluídas não ter comunidades mais violentas?

Será que com o desemprego a atingir centenas de milhares de agregados familiares e com o sustento mínimo a faltar em tantas casas o desespero não descambe em comportamentos tantas vezes reprováveis?

Será que esta crise de valores culturais que gera miséria e violência na família, em casa, na rua, na comunidade e na sociedade em geral que é o espaço onde as crianças e jovens crescem e constroem a sua personalidade, não tem consequências dramáticas a nível psicológico afectando a construção da sua personalidade?

É evidente que sim!

Casas onde vivem crianças sem meios, sem valores mínimos de crescimento e convivência, com pais ou encarregados de educação sem valores para transmitir, geram crianças psicologicamente problemáticas.

Tudo isto, Senhoras e Senhores Deputados, numa relação de causa e efeito se reflecte no seu comportamento na hora de entrar para a Escola.

Não vale a pena enterrar a cabeça na areia; Não adianta atirar para o



lado – o País está mais violento, o País está menos seguro e essa é uma das causas de termos também hoje uma Escola menos segura, uma Escola mais indisciplinada.

E dois anos e meio deste Governo levam-nos a responsabilizá-lo por este estado de coisas que tem a ver com políticas erradas e por **uma governação que a nível social vai criando cada vez mais “ghettos”, principalmente nos subúrbios das nossas maiores cidades!**

Perante este estado social de muitas Comunidades, com reflexos evidentes no ambiente escolar criando dificuldades a profissionais, docentes e não docentes, empenhados nos projectos educativos das suas Escolas, que fez o Governo, mais concretamente o Ministério da Educação, nestes dois anos e meio?

E entramos no segundo motivo gerador de instabilidade na Escola.

A troca da implementação de medidas pontuais, algumas delas positivas, o Governo elegeu como causa dos males da Escola, os professores.

O Governo, em vez de motivar e acarinhar uma classe que é fundamental ao êxito do processo educativo e que era essencial manter mobilizada e motivada para minimizar as dificuldades evidentes que hoje se deparam à Escola, hostilizou-a.

O Governo e o Ministério da Educação optaram, para justificar medidas mais impopulares que tomou, por eleger os professores como os “bodes expiatórios”. E fê-lo, de forma desastrada, premeditada e pública! Este ataque generalizado aos professores só podia ter como consequência a sua perda de autoridade nas salas de aula e nas

escolas. Daí ao insulto e à **indisciplina dentro e fora da Escola e ao agravar permanente das situações comportamentais foi um passo curto. O Governo, com esta atitude infeliz deu força à indisciplina e à violência.**

É pois neste contexto que aparece agora a PPL n.º 140/X do Governo, que só se justifica por políticas sociais incorrectas e por políticas de cariz administrativo absolutamente infelizes quer na sua abordagem quer nos métodos utilizados.

Esta Proposta de Lei é pois um remendo e nunca será um remédio!

É alicerçado no excelente trabalho da Comissão de Educação na Audição sobre violência escolar de que o Ministério da Educação se alheou **mas de que andou a reboque**, que o PSD votará favoravelmente na generalidade esta Proposta de Lei, na esperança que na especialidade ela possa ser melhorada e que a maioria e o Governo terão essa abertura. Para tal terá a nossa participação construtiva.

Reafirmamos contudo: **esta Lei não é remédio para a violência que grassa nalgumas Escolas localizadas principalmente nas áreas urbanas e suburbanas do nosso País, nem para o acentuar geral de problemas de indisciplina.**

**O Governo convence-se que decretando “o fim de um fenómeno”** pela simples alteração a alguns artigos do Estatuto do Aluno, como nos propõe, resolve todos os problemas. Nada mais errado!

O problema não se resolve com alterações avulsas, de cariz mais ou menos securitário.

Não podemos esquecer que o objectivo último de qualquer projecto educativo são os alunos. Daí que, na temática que hoje abordamos, o Estado, mais do que tentar impor normas securitárias, deve assumir a missão de integração de todos os alunos, nomeadamente, reforçando os serviços de orientação e de apoio psicológico.

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

É na base que o problema tem que ser atacado e o Estado nada poderá **sem apoiar uma parceria alargada** onde o Poder Local, as Instituições da rede social, a rede pública descentralizada da Segurança Social e do Emprego e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, terão um papel basilar.

É aqui, na raiz, que as causas motivadoras de violência têm que ser combatidas.

A participação efectiva da comunidade envolvente nas actividades da escola, na própria gestão da escola, permitirá uma melhor identificação dos problemas e seguramente soluções mais adequadas.

Entende o PSD que nesta interacção ampla e partilhada no órgão de Escola onde existe maior democracia participativa, como é a Assembleia de Escola, poderão existir outras soluções para a resolução dos problemas de gestão das Escolas, ciente que **a Escola exige profissionais preparados, que sejam capazes do exercício da gestão, da autonomia, da autoridade e da responsabilização de todos os agentes que nela participam** – alunos, docentes, não docentes, pais e encarregados de educação.

É uma proposta que fazemos, em coerência com as posições que sempre assumimos, nomeadamente através do nosso Projecto de Lei sobre a gestão das escolas dos Ensinos Básico e Secundário, e dos Programas «+Sucesso» e «+ Inclusão», que mais não visavam que criar respostas integradas para as **necessidades da Escola, para as necessidades dos Jovens na escola e do seu projecto de formação humana e pedagógica.**

São reformas importantes que só se podem concretizar mobilizando a comunidade educativa. E é isto que a Senhora Ministra tem sido incapaz de fazer: Congregar e mobilizar toda a comunidade Escolar.



Intervenção sobre a Petição n.º 204/X/2.<sup>a</sup> (António Manuel Soares Rodrigues e outros) - Pedido de alteração da delimitação entre os municípios de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis, no lugar de Baralhas.

**Deputado Hermínio Loureiro**

Assembleia da República, 28 de Junho de 2007.

(...)

Em primeiro lugar enaltecer a postura o comportamento e atitude cívica bem como o significado desta petição com milhares de assinaturas.

O exercício da cidadania e a participação cívica merecem ser enaltecidas e devem mesmo ser aprofundadas.

Relativamente à matéria em apreço estamos a falar não só da delimitação entre freguesias mas sim da delimitação entre municípios mais concretamente entre o município de Vale de Cambra e o município de Oliveira de Azeméis.

Importa sobre a matéria em apreço ouvir os diversos órgãos



autárquicos envolvidos, e ainda tem em atenção a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) e o Instituto Geográfico Português (IGP).

Neste caso concreto da petição subscrita por António Manuel Soares Rodrigues e outros estamos a falar da Assembleia e Junta de Freguesia e Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e estamos a falar também da Assembleia e Junta de Freguesia de Ossela bem como as Câmaras e Assembleias municipais de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

Estes são passos fundamentais para a resolução da matéria objecto desta petição.

Aliás sobre esta matéria tive

oportunidade de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que me manifestaram total disponibilidade para analisarem a questão dos limites dos municípios que presidem. É um bom sinal, um sinal positivo.

Os órgãos autárquicos tem de estar ao serviço e saber ouvir as populações.

É este o caminho que deve ser trilhado. Todos os órgãos autárquicos envolvidos devem debater e pronunciar-se sobre pretensões como esta.

Só depois, haverá o momento de a Assembleia da República decidir.

## Intervenção sobre a Sustentabilidade do Financiamento do SNS

**Deputada Ana Manso**

Assembleia da República, 28 de Junho de 2007

(...)

Terra-queimada.

Nenhuma expressão define melhor a política do actual Governo na área da Saúde.

Incutir o medo e a insegurança junto dos Portugueses, tem sido a prática persistente do Primeiro Ministro e do seu Ministro da Saúde.

O Partido Socialista, nesta nova reencarnação governativa, ultrapassou todas as fronteiras, todos os limites aceitáveis no quadro de valores de um Estado Social.

Já não vale a pena fazer o obituário destes já longos dois anos e tal de governação socialista.

Quanto à obra feita, os portugueses têm bem presente os serviços de saúde que já encerraram, as crianças que foram nascer a Espanha ou em ambulâncias a caminho da maternidade, os idosos que viram adiadas as suas redes de cuidados continuados e paliativos, os doentes que têm de pagar mais pelos seus medicamentos.

Também lembramos os aumentos das taxas moderadoras nas urgências em quase 30% – no espaço de dois anos – ou a inaceitável criação de taxas para cirurgias e para os internamentos.



Agora, a nova vaga vai desde a criação de mais impostos sobre a saúde, ao fim das isenções de taxas moderadoras para as crianças e os desempregados.

O cúmulo é mesmo a admissão de taxas moderadoras para as mães grávidas, ao mesmo tempo que delas são isentas as mães que praticam aborto.

É uma opção vergonhosa, uma ignomínia sem nome, e a expressão acabada da mais baixa politização do SNS.

Mas são tantas e tão desvairadas as medidas e as ideias que o governo todos os dias despeja sobre os Portugueses, que já ninguém sabe o que delas pensar.

A saúde é cada vez mais a primeira preocupação dos portugueses, pela insegurança e total desconfiança que se instalou em relação à desastrada política deste Governo.

(...)

Há quinze dias, o PSD interpelou o Governo sobre políticas de Saúde e, entre muitas outras questões, exigimos o envio do já famoso Relatório Final sobre a Sustentabilidade do Financiamento



do Serviço Nacional de Saúde.

O Ministro tinha o Relatório desde Fevereiro – há quatro meses – mas disse que não, que só o enviaria quando julgasse oportuno, que o estudo era preliminar e mesmo, pasme-se, virtual.

Poucos dias depois, o relatório circulava na Internet, e o PSD, responsabilmente, enviou uma cópia do mesmo à Comissão Parlamentar de Saúde, de modo a permitir que todos os Deputados – e não só alguns privilegiados – pudessem analisar o seu conteúdo.

O Ministro da Saúde, obrigado pelo PSD, teve de formalmente o enviar ao Parlamento no final da semana passada.

Esta atabalhoada forma de governar fala por si.

Mas o que nos diz então o conteúdo do Relatório?

Começa por lembrar que os Portugueses são um dos povos europeus que mais contribuem para o financiamento da saúde através de pagamentos directos.

A média da Europa dos quinze era de 16 por cento, em 2004, e em Portugal é de 22,5 por cento, aos quais acrescem mais cerca de 10% para seguros privados de saúde.

Dito de outro modo, os Portugueses pagam, directamente, cerca de 32,5 por cento dos cuidados de saúde que recebem.

De resto, a percentagem do PIB que gastamos em Saúde, 10 por cento, é já superior à média da União Europeia, que ronda os 9 por cento, e dos países da OCDE, que se situa nos 8,9 por cento.

Ora, como se os Portugueses já não pagassem muito, o Relatório ainda propõe a “redução dos benefícios fiscais associados com as despesas em saúde declaradas no IRS” e admite “a imposição de contribuições financeiras compulsórias, temporárias, determinadas pelo nível de rendimento” a pagar pelos utentes.

Ou seja,..., estamos a falar de um imposto sobre a saúde.

O Relatório lembra, também, que as crianças até 12 anos de idade são o maior grupo actualmente isento de taxas moderadoras: cerca de um milhão e meio.

A consequência é que se tomam um interessante mercado para o pagamento de taxas moderadoras.

O Relatório reconhece que a ADSE e o grupo Portugal Telecom “têm implementado um conjunto de medidas de forma a controlar a utilização e o gasto, e a aumentar as contribuições”.

Mas a conclusão do Relatório é de que a ADSE e os subsistemas públicos de saúde devem ser extintos ou passar a ser integralmente financiados pelos trabalhadores e reformados.

Estas medidas, entre outras igualmente cerceadoras de direitos não corporizam uma reforma do Serviço Nacional de Saúde.

Não, Senhores Deputados. Elas são, autenticamente, o dobre de finados do Estado Social.

No mais, toda a lógica do Relatório assenta em preconceitos ideológicos ultrapassados, como se houvesse oposição entre público e privado.

A cultura de responsabilidade, de avaliação, de planeamento e de transparência das contas da Saúde é afastada e as soluções apresentadas oscilam entre a redução de coberturas e o aumento de impostos.

O enfoque não é colocado na política de racionalização de custos e de redução de desperdícios, mas sim no aumento das despesas das famílias e no aumento do sofrimento dos doentes, principalmente os das classes médias ou das pessoas, infelizmente, mais pobres.

Será que é politicamente sério impor mais sacrifícios aos Portugueses e exigir mais dinheiro para a sobrevivência do SNS quando os Serviços de Saúde definham e encerram, quando se pode morrer por falta de assistência média, quando os benefícios diminuem e quando os desperdícios atingem cerca de 30 por cento?

Não nos parece.

Além disso, Senhores Deputados, se a sustentabilidade e a eficiência do SNS são condição de equidade e de qualidade, também o devem ser de justiça social e de solidariedade.

Esta é, para o PSD, uma questão central.

(...)

E o que fez, durante estes meses, o Governo sobre o Relatório que encomendou e zelosamente escondeu?

Admitiu o aumento do financiamento do SNS recorrendo à

diminuição das isenções fiscais, questionou se todas as crianças devem estar isentas de taxas, sugeriu que a ADSE possa deixar de ter o seu modelo actual e, finalmente, veio defender a criação de contribuições compulsivas para os utentes do SNS.

Agora, atrapalhado, vem dizer que não a algumas destas medidas. Diz que não aumenta taxas nem vai alterar as isenções.

Ou seja, o Governo primeiro diz uma coisa e depois o seu contrário.

Estas contradições são, porém, aparentes e correspondem a uma estratégia friamente executada.

É a estratégia de lançar a lebre.

Encomendam-se os relatórios para justificar medidas impopulares, lançam-se umas ameaças que legitimamente indignam as populações, e diz-se depois que nada será alterado para não comprometer as eleições.

É a continuação do princípio do *vote primeiro e pague depois*, tão ao gosto

do PS.

(...)

O envio do Relatório à Assembleia da República, obrigado pelas circunstâncias, nada explícita sobre as reais intenções políticas do Governo.

Por isso exigimos que o Governo se pronuncie politicamente sobre cada uma das recomendações do Relatório que encomendou e não rejeitou.

É que é essencial que o Partido Socialista esclareça os Portugueses sobre o que pretende executar destas recomendações e o que quer deixar para o seu programa eleitoral às próximas eleições.

Com a SAÚDE DAS PESSOAS. Senhoras e Senhores Deputados, não se brinca.

Ao Governo e ao Partido Socialista exige-se que falem verdade e assumam com clareza as medidas que querem impor aos Portugueses.

(...)

## AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 04 DE JULHO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO DA ORDEM DO DIA  
Agendamento potestativo do CDS-PP  
Projecto de Resolução n.º 219/X (CDS-PP)  
(Sobre a instituição de exames nacionais no ensino básico)

QUINTA-FEIRA, DIA 05 DE JULHO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA  
Proposta de Lei n.º 149/X (GOV)  
Projecto de Lei n.º 284/X (PCP)  
(Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação)

Proposta de Lei n.º 151/X (GOV)  
Projecto de Lei n.º 285/X (PCP)  
(Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo)

Discussão de várias Propostas de Resolução  
(Propostas de Resolução n.ºs 51, 52, 47, 49 e 53)

### Votações às 18:00h

SEXTA-FEIRA, DIA 06 DE JULHO DE 2007, 10:00H  
PERÍODO DA ORDEM DO DIA  
Debate de urgência, potestativo, requerido pelo GP/PSD  
(Sobre as SCUTS)

Proposta de Lei n.º 153/X (GOV)  
(Regula o financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, E.P.E.)

### Proposta de Lei n.º 139/X (GOV)

(Autoriza o Governo a legislar sobre a fixação do limite máximo de idade para o exercício de funções dos pilotos comandantes e co-pilotos de aeronaves operadas em serviços de transporte público e comercial de passageiros, carga ou correio)

# Uma Plataforma para o Minho

Por: Ricardo Rio (\*)

Ao longo dos últimos meses, muito se tem debatido sobre a perda de competitividade do Norte do País e sobre a diminuição do seu protagonismo e dos seus índices de desenvolvimento face ao todo nacional e à vizinha Galiza.

Normalmente, na lógica dicotómica que impera em algumas perspectivas mais enviesadas, as razões para este fenómeno costumam centrar-se na ausência de dinamismo da Área Metropolitana do Porto, na falta de referências e de uma liderança clara nos mais diversos domínios da sociedade (da política, à cultura, à economia, com a óbvia excepção do futebol), e na habitual (e justa) lamúria quanto às políticas de investimento discriminatórias que vêm sendo genericamente conduzidas por todos os Governos.

A esta análise, porém, faltará um elemento essencial que não invoco por mero bairrismo, como eventualmente também não estará a ser ignorado por qualquer lógica hegemónica do Porto em relação ao demais Norte de Portugal. Será, afinal, um daqueles “crimes” por negligência em que o historial recente da Lusa Pátria tem sido prolífero.

Na minha modesta opinião, se há algo que poderia contribuir para uma superior afirmação do Norte face ao todo do País e para um incremento dos níveis de desenvolvimento deste território (e, logo, para o bem-estar destas populações) seria a assunção de uma lógica multi-polar de desenvolvimento regional, atenta às potencialidades de cada um dos seus sub-territórios, que até hoje raramente passou do papel.

Neste plano, o Minho é, como soi dizer-de, algo que faz sentido. Atente-se aos vários indicadores demográficos, aos recursos naturais disponíveis, ao tecido empresarial existente, às instituições que intervêm nos diferentes domínios com grande vitalidade, criatividade e espírito empreendedor.

Ao longo dos últimos anos, foram várias as tentativas de agregar essas capacidades e energias e de as converter num projecto estruturado de desenvolvimento, tendente à construção de uma verdadeira Região do Conhecimento.

Todavia, a Grande Área Metropolitana atravessa os dias últimos do seu estertor.

O Pacto de Desenvolvimento Regional tarda em libertar-se das fotografias de (boas) intenções, para memória futura.

O associativismo municipal continua a assumir-se como uma figura de estilo, a que nem as excepções da VALIMAR e da AMAVE (de há um par de anos para cá) conseguem dar maior sustentação e rectificar a imagem de umbiguismo e a falta de visão estratégica que muitos carregam com orgulho.

O associativismo empresarial ainda se perde vezes demasiadas em lutas de capelas e coutadas que redundam no desperdício espúrio de energias e recursos.

Neste cenário, ganharia ainda mais pertinência o apoio a todos os elementos agregadores, nomeadamente aqueles que pudessem assumir um papel catalisador do desenvolvimento da região, mediante o apoio directo ou implícito aos demais protagonistas, fosse pelo suporte técnico, pela disponibilização de informação crítica de apoio à decisão ou pelos resultados dos projectos que viessem a promover.

Visitei, no âmbito do trabalho autárquico que regularmente desenvolvo no contacto com as várias instituições locais, a Plataforma Minho – Agência de Desenvolvimento Regional, com cuja Direcção tive oportunidade de trocar impressões, conhecendo os seus anseios e projectos e discutindo pistas sobre a sua desejável evolução futura.

Mais do que os méritos dos seus fins estatutários, dos mais genéricos aos mais particulares, sobressai o notável trabalho desenvolvido em condições extremamente difíceis, cujo resultado mais visível são os quatro observatórios já criados (do Emprego e Formação, da Competitividade e Qualidade de Vida, do Desemprego no Minho e o Observatório Social), bem assim como, alguns produtos e serviços que lhes estão acoplados (como a Carta Social, a Bolsa de Emprego ou o Banco do Voluntariado).

No conjunto destes Observatórios é hoje disponibilizado, tratado e com frequentes actualizações, um vasto leque de indicadores estatísticos, de cariz quantitativo e qualitativo, sobre os mais diversos domínios de cada uma das temáticas abrangidas.

O volume de dados existente, a sua sistematização e actualidade, pede contas a muitas das fontes oficiais e ultrapassa significativamente o próprio trabalho de certos actores locais dos domínios visados.

Em suma, a Plataforma Minho disponibiliza instrumentos e informação crucial para quem quer estudar, pensar e fazer a Região e, logo, contribuir para o seu desenvolvimento.

Tudo somado, quando se sabe que uma entidade desta natureza está a lutar pela sua sobrevivência já nem podemos ficar surpreendidos. Mas devemos questionar-nos como é que há quem não perceba que assim não vamos mesmo mais além... - (\*) *Economista, Vereador pelo PSD na câmara de Braga, Presidente da CPS de Braga*



# Costa Neves quer aposta nas “especificidades” turísticas das Flores

O líder do PSD/Açores defendeu hoje uma aposta nas “especificidades” turísticas da ilha das Flores, dado que cada ilha da Região deve ser alvo de soluções “únicas” para os seus problemas.

“Temos que proporcionar às pessoas instalações hoteleiras que vão ao encontro do tipo de turistas que vêm às Flores, que são as pessoas que gostam, por exemplo, de andar a pé pelos trilhos, e são diferentes daquelas que procuram a praia ou o golfe”, afirmou Costa Neves, durante uma visita à freguesia da Fajã Grande, no concelho das Lajes das Flores, integrada no último dia das jornadas parlamentares do partido.

Para o líder social-democrata, a ilha das Flores necessita de uma promoção própria, o que só pode ser alcançado através de um “trabalho de detalhe, que é o que tem faltado” na ilha por parte do governo regional.

Segundo Costa Neves, “o que é fácil o governo vai fazendo”. “Para governos formados por gente mais exigente, como é o que o PSD pretende ser, é preciso ir à raiz dos problemas”, salientou.

Já no sector da agricultura, o presidente do PSD/Açores afirmou que “não basta ter mais um edifício para a associação agrícola”. “É preciso garantir toda a quota leiteira que os lavradores das Flores precisam para produzir os seus produtos”, defendeu o líder social-democrata. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

**«Há um défice na utilização da ciência como factor de desenvolvimento» - afirmam os deputados do PSD eleitos pelo círculo da Terceira**



“Há um défice na utilização da ciência como força dinamizadora do desenvolvimento dos Açores”. A ideia foi transmitida pelos deputados do PSD eleitos pelo círculo da Terceira, após uma visita, efectuada manhã, ao Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores. Segundo António Ventura é “visível a qualidade da investigação que aquele Centro produz, assim como a entrega e o profissionalismo das equipas em actividade”, o problema põe-se, ainda segundo aquele deputado laranja na

“falta de interligação entre as diversas entidades que, nos Açores, utilizam a ciência ou a tecnologia como meios difusores de projectos e trabalho”.

“Não é só no âmbito da actividade-base, que é a Agricultura, que encontramos sinais desse défice. Também ao nível da utilização da ciência como meio de desenvolvimento, quer seja na melhoria dos produtos ou no planeamento adequado para que a região cresça em modernidade, se sente um retardar das coisas”, referiu António Ventura, dando voz às preocupações sociais-democratas nesta área.

Para o parlamentar vive-se uma política de “cada um por si, pois padecem, esta e outras estruturas, de um preocupante desaproveitamento de todas as suas valências. É isso que podemos concluir ao não se confirmar a implementação prática de muitos dos avanços que aqui se vão estudando e descobrindo”.

O Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores tem dinamizado o desenvolvimento e a consolidação da biotecnologia na Região, nomeadamente nas áreas da produção vegetal e animal e da biotecnologia alimentar.

Ainda recentemente foi noticiada a criação de uma empresa com o objectivo de explorar comercialmente a investigação nascida naquela unidade académica.

Segundo o responsável pelo Centro, Artur Machado, a empresa vai comercializar diversos produtos centrados na Biotecnologia tais como sistemas de diagnose de patologias do foro genético, culturas de plantas ornamentais ou fruteiras, testes de patologias vegetais, composição de silagens ou genotipagem de animais, entre outros.

“Há um défice na utilização da ciência como força dinamizadora do desenvolvimento dos Açores”. A ideia foi transmitida pelos deputados do PSD eleitos pelo círculo da Terceira, após uma visita, efectuada esta manhã, ao Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores. Segundo António Ventura é “visível a qualidade da investigação que aquele Centro produz, assim como a entrega e o profissionalismo das equipas em actividade”, o problema põe-se, ainda segundo aquele deputado laranja na “falta de interligação entre as diversas entidades que, nos Açores, utilizam a ciência ou a tecnologia como meios difusores de projectos e trabalho”.

“Não é só no âmbito da actividade-base, que é a Agricultura, que encontramos sinais desse défice. Também ao nível da utilização da ciência como meio de desenvolvimento, quer seja na melhoria dos produtos ou no planeamento adequado para que a região cresça em modernidade, se sente um retardar das coisas”, referiu António Ventura, dando voz às preocupações social-democratas nesta área.

Para o parlamentar vive-se uma política de “cada um por si, pois padecem, esta e outras estruturas, de um preocupante desaproveitamento de todas as suas valências. É isso que podemos concluir ao não se confirmar a implementação prática de muitos dos avanços que aqui se vão estudando e descobrindo”.

**Salas de desmancha já inauguradas não funcionam**

O PSD/Açores denunciou hoje que as salas de desmancha dos matadouros do Pico e Santa Maria ainda não entraram em funcionamento, apesar de terem sido “inauguradas o ano transacto com



grande pompa e circunstância”.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura referiu que esta situação “tem acarretado problemas de escoamento” de bovinos em carcaça, “não só às ilhas em causa, mas também às ilhas do Faial, Flores, Corvo e São Jorge”.

De acordo com o parlamentar do PSD/Açores, os “problemas de escoamento” afectam “principalmente os chamados ‘vitelões’”, que possuem a qualificação de carne com Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Segundo António Ventura, como consequência das salas de desmancha não estarem em funcionamento “os bovinos continuam a ser expedidos vivos”, o que representa uma “perda de vantagem competitiva para a afirmação” da carne IGP no mercado continental.

O deputado social-democrata salientou também que a “gravidade” desta situação se “acentua” devido ao facto de já existirem “interessados em protocolar com o governo regional a exploração destas salas de desmancha”.

António Ventura pretende, por isso, que o governo regional esclareça “para quando está previsto o início do funcionamento das salas de desmancha” das ilhas do Pico e Santa Maria, bem como se a exploração destas infra-estruturas “será protocolada”.

A Rede Regional de Abate apesar dos continuados discursos do Governo Regional, ainda está longe de estar completa e a que existe não funciona em pleno.

Existem actualmente duas salas de desmancha públicas a funcionar nos Açores, uma situada em São Miguel e outra na Terceira, todavia as salas de desmancha da Ilha do Pico e de Santa Maria ainda não estão operativas, embora já tenham sido inauguradas o ano transacto com grande pompa e circunstância.

Esta é uma situação que tem acarretado problemas de escoamento de bovinos em carcaça, principalmente, os chamados “vitelões” com a qualificação reconhecida de “Carne dos Açores - IGP” não só às Ilhas em causa mas também às Ilhas: Faial, Flores, Corvo e São Jorge.

Em consequência os bovinos continuam a ser expedidos vivos com uma perda de vantagem competitiva que se revela fundamental para a afirmação desta carne diferenciada nos mercados exteriores à Região.

A gravidade acentua-se quando se verifica que existem interessados em protocolar com o Governo Regional a exploração destas salas de desmancha, designadamente a Cooperativa Verdatlântico CRL.

Para mais, e segundo os

Produtores existem, igualmente, mercados a solicitar este tipo de carne certificada, que poderão desinteressar-se caso continue a actual morosidade da expedição em carcaça.

Para mais, é neste período do ano que existem muitos vitelões nestas Ilhas para serem abatidos, atendendo ao fim do ciclo produtivo que começa a partir de Junho e prolonga-se até final do ano.

Por outro lado, interessa, igualmente saber, se tem existido formação e apoio à investigação neste subsector da bovinicultura de carne.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— Para quando está previsto o início do funcionamento das salas de desmancha da Ilha do Pico e de Santa Maria?

— Será protocolado a exploração destas salas?

— Está o Governo consciente que o atraso no início do funcionamento destas salas de desmancha está a provocar perdas de rendimento aos Produtores e eventual perda de mercados?

— Quantos Produtores estão inscritos no Agrupamento de Produtores da “Carne dos Açores – IGP”?

— Têm existido acções de formação e apoio à investigação ao subsector da produção de carne de bovino? Se sim solicitamos discriminação. - **António Ventura, Clélio Meneses, Sérgio Ferreira, Cláudio Lopes e Jaime Jorge**

### PSD reúne em jornadas parlamentares

Os deputados do PSD/Açores reuniram-se de 27 a 29 de Junho em jornadas parlamentares nas ilhas do Corvo e Flores, tendo na agenda temas como o potencial do turismo para a economia das duas ilhas, bem como os transportes aéreos e marítimos.

Ao longo de três dias, os deputados social-democratas, acompanhados pelo líder do partido, Costa Neves, vão reunir com diversas instituições representativas da sociedade civil das ilhas do grupo ocidental do arquipélago.

No primeiro dia de trabalhos, quarta-feira, no Corvo, os parlamentares do PSD/Açores estiveram com as associações agrícola e de pescadores da ilha, com a associação de bombeiros e o conselho executivo escola Mouzinho da Silveira.

No dois dias seguintes, os deputados social-democratas deslocaram-se às Flores, onde mantiveram sessões de trabalho com o núcleo local da Câmara do Comércio da Horta e visitaram o porto de Ponta Delgada e o empreendimento turístico da Aldeia



da Coadá, além das lagoas da Lomba e Funda, onde puderam observar o processo de eutrofização que estão a sofrer.

Durante os três dias de trabalho, o grupo parlamentar do PSD/Açores ainda apresentou cumprimentos aos presidentes de câmara de Vila Nova do Corvo, Santa Cruz das Flores e

Lajes das Flores.

As jornadas parlamentares terminaram sexta-feira, dia 29 de Junho, nas Lajes das Flores, com um jantar de militantes e simpatizantes do PSD, que contou com a presença do presidente do PSD/Açores.

Fonte – Gab. Imp. PSD/Açores

Notícias do Algarve

## O Presidente da distrital algarvia continua empenhado na luta contra a violência sobre mulheres

Na sua qualidade de Deputado, p Presidente da distrital de faro, Mendes Bota, continua muito empenhado na campanha contra a violência sobre as mulheres. De Bragança a Estrasburgo, esta semana marca uma intensa actividade parlamentar, integrado na campanha do Conselho da Europa contra a violência doméstica, cujos reflexos se fazem sentir sobremaneira nas mulheres de todo o mundo, e em particular em Portugal.

Ontem, Mendes Bota chefiou uma delegação de deputadas e deputados da Assembleia da República numa intensa jornada de campanha no distrito de Bragança, uma das áreas mais débeis do país, no que respeita a estrutura de apoio às vítimas da violência doméstica.

De manhã, os parlamentares visitaram três instituições, em Vila Flor, Macedo de Cavaleiros e Bragança. Num dos casos, as obras estão concluídas, mas não há protocolo com a Segurança Social. Noutro caso, trata-se de um excelente exemplo de acolhimento e apoio a crianças vítimas de famílias desestruturadas, e noutro caso, a única estrutura de acolhimento de mulheres violentadas, tem uma lotação máxima de cinco utentes, e defronta-se com vários problemas.

O panorama não é animador. Resta a vontade do Governador Civil (que criou o único gabinete de apoio às vítimas existente no distrito) e de alguns autarcas em tudo fazer para ultrapassar esta situação de carência num futuro próximo.

Na parte da tarde, este grupo de trabalho da Assembleia da República organizou, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança e do Governo Civil, uma das quatro conferências regionais dedicadas a esta temática, que esteve bastante concorrida e agitou as consciências para este problema no nordeste transmontano.

Mendes Bota realçou que, só em 2006, foram assassinadas em Portugal 39 mulheres, tendo-se registado 43 tentativas de assassinato que falharam por muito pouco, e mais de 15% dos detidos por homicídio, estão ligados a crimes conjugais, o que coloca Portugal numa classificação muito elevada no contexto europeu.

Mendes Bota, que é relator da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para esta campanha,

declarou que “enquanto esta situação perdurar, que envergonha o país, e enquanto não se obtiverem resultados concretos que indiciem uma mudança positiva nas mentalidades e na estatística negativa, Portugal será sempre um Estado com um apreciável défice democrático”.

E mais acrescentou que, “a existência de milhares de mulheres a suportar relações conjugais privadas das mais elementares liberdades e direitos, é equivalente a milhares de condenações sem julgamento traduzidas em autênticas prisões domiciliárias, sem pulseira electrónica nem termo de identidade e residência”.

Em Bragança ficou patente ao público a exposição itinerante da Assembleia da República, elucidativa desta campanha e da dimensão do problema em Portugal.

Na quinta-feira, pelas 20h30m, em Estrasburgo, Mendes Bota



proferiu uma conferência sobre esta temática na sala de debates, sita no Boulevard Jean Sébastien Bach, nº 12, naquela cidade, estando presente o

embaixador de Portugal junto do Conselho da Europa, Américo Madeira Bárbara, e promovida pela associação “Chama”.

Notícias de Aveiro

## A “Aveiro Cup’07” começa hoje e vai até ao dia 8



A Câmara Municipal de Aveiro e a Associação Desportiva de Taboeira apresentaram em Conferência de Imprensa, a Aveiro Cup’07 – 14º Torneio Internacional de Futebol Infantil que irá decorrer nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de Julho, em vários campos de futebol em relva natural e sintética. Os jogos serão realizados de 5 a 7 de

Julho, das 10.00 às 18.00 horas.

O torneio será disputado no antigo Estádio Municipal de Aveiro – Mário Duarte, Estádio da Gândara (Oliveirinha), Campo do Agro (São João de Loure), Campo J.º Santos (Frossos), Estádio Municipal de Albergaria, Campo Tavares Silva

(Estarreja), e Campo do Monte (Eixo). As categorias em torneio serão Sub 15, Sub 13, Sub 12, Sub 11 e Sub 10.

Jorge Greno, vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, realçou a pertinência da “realização destes torneios para o desenvolvimento físico e psíquico dos cerca de mil atletas que virão, ao mesmo tempo, praticar futebol e conhecer a nossa cidade através da realização de várias iniciativas.”

Destinado a todas as equipas quer sejam federadas, escolares ou particulares, este torneio permite oferecer uma recompensa aos atletas pelo esforço realizado durante todo o ano que chegarão no dia 4 de Julho a Aveiro. Haverá a participação de 64 equipas, de 34 diferentes clubes oriundos de todo o país e alguns de Espanha. Serão realizados 136 jogos,



envolvendo cerca de 1.100 jovens atletas.

Durante cinco dias, os jovens de cerca de 50 equipas diferentes, vão conviver e desfrutar cinco dias de férias, enquanto praticam o seu desporto favorito, estando previstas algumas actividades paralelas ao torneio: concerto de Mariza e Gilberto Gil; II Festival Voz da Mulher; Laboratório Didáctico na Fábrica Ciência Viva; Feira de Artes e Ofícios Tradicionais; exposição de pintura “Aveiro, a sua Ria e as suas Gentes na óptica e nos pincéis deste natural da nossa linda Cidade”; passeio de Barco na Ria de Aveiro; visita ao Ecomuseu da Troncalhada e City Tour Aveiro (autocarro panorâmico).

Os jovens atletas poderão ainda participar em várias actividades organizadas no seio do torneio, tais como, a Cerimónia de Abertura, no dia 5 de Julho, às 21.30 horas, no Rossio; o convívio “Aveiro Cup”, no dia 6, às 21.30 horas, no Rossio e Praça do Peixe; a festa “Aveiro Cup”, a 7 de Julho, das 21.00 às 24.00 horas, no Pavilhão InsideSports e o no último dia o encerramento às 12.00 horas, no antigo Estádio Municipal de Aveiro – Mário Duarte, antecedido pelas finais das cinco categorias. – **Gab. CM Aveiro**

Vereador Jorge Greno substituído, a seu pedido, por Caetano Alves

A Câmara Municipal de Aveiro informa do pedido de suspensão de mandato do actual vereador Jorge Greno, que terá efeitos a 01 de Setembro próximo. O pedido de suspensão é devido a questões profissionais e será substituído por Gonçalo Caetano Alves, elemento que se segue na lista pelo CDS-PP, de acordo com as regras que vigoram para as coligações.

“A capacidade de trabalho, dever cívico e abnegação do Vereador Jorge Greno são qualidades que se enquadram no meu espírito de vida e de trabalho cívico e sinto orgulho em ter trabalhado com o mesmo nesta equipa que actua por Aveiro” refere Élio Maia, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que acredita “no mesmo cumprimento do dever e qualidade” do seu substituto.

Para Jorge Greno “Foi com muito agrado e postura cívica que estive na Câmara Municipal de Aveiro, como vereador com pelouros atribuídos mas questões profissionais relativas às empresas que geria, impeliram-me a tomar esta decisão”.

Doutorado em Ciência Económicas e Empresariais, especialização em Marketing, Gonçalo Nuno Caetano Alves, 43 anos, casado, já exerceu funções de vereador em regime de substituição e foi elemento da Assembleia Municipal. Exerce actualmente funções de docência no Ensino Superior e de administração em empresas na área da Educação. - **CPS/Aveiro-PSD**

## Notícias de Sintra

# O concelho de Sintra esteve em festa por altura dos festejos de S. Pedro com eventos culturais lúdicos e desportivos

O concelho de Sintra esteve em festa durante o fim-de-semana, por altura dos festejos de S. Pedro, padroeiro do município. O ponto alto ocorreu dia 29 de Junho, pelas 21h30, em Queluz, com o Sintra Fashion, (entrada livre), e a 30 de Junho, no Largo da Igreja de Mira Sintra, com um concerto dos D’ZRT, pelas 22H00, também com entrada livre. A fechar fogo, de artifício pelas 01H00.

Música, desporto, arraiais, fogo de artifício, animações de rua e muito, muito mais... As ruas de Sintra encheram-se de cor e movimento, e todos os munícipes que puderam, e a participar nos vários eventos culturais, lúdicos e desportivos que tiveram lugar.

A população de Sintra foi



outrossim convidada para assistir à apresentação das novas colecções dos estilistas José António Tenente, Miguel Vieira, Júlio Torcato e Storytailors, dia 29 de Junho, pelas 21H30, no Largo do Palácio Nacional de Queluz.

Destaque para a Feira do Livro de Queluz, que decorreu no Parque Felício Loureiro, em Queluz, até dia 1, uma boa oportunidade para adquirir livros a preços mais reduzidos.

No dia 28 de Junho, realizou-se o concerto de Carlos Mendes e Dany Silva, no Largo de S. Pedro de Penaferrim, regado com bom vinho a acompanhar a tradicional sardinha assada. Oportunidade para o lançamento da campanha “Sintra-se Seguro – beba com Medida”, para prevenir e reduzir o consumo abusivo de álcool e de outras substâncias



psicoactivas nos jovens. Durante toda a noite, em que esteve presente o presidente da Câmara, Fernando Seara, foram dadas informações de formas seguras de consumo, promovendo a prevenção.

Ainda nesta noite, as comemorações do São Pedro chegaram à freguesia de Agualva, a partir das 21H00, com festa de rua no recém renovado Largo da República.

O dia 29 de Junho, dia de S. Pedro e feriado municipal no concelho de Sintra, iniciou-se com o hastear da bandeira, nos Paços do Concelho, pelas 10H00, com a actuação da Banda Filarmónica União Assaforense. Mais tarde, pelas 12H00, altura para o descerrar da placa toponímica do Largo Tito Morais (político e habitante do concelho), Largo contíguo à Rua das Pontes, A-do-Pipo, terragem.

Às 16H00, decorreu a cerimónia de atribuição do nome de José Pinto Vasques à Área de Lazer de Lourel (jardim da zona envolvente da Ribeira de Lourel).

O Parque Urbano de Mira Sintra foi palco para a realização de um

arraial. Em S. Pedro, no Largo da Feira, muita animação e música a cargo dos Quanto Baste e dos Real Companhia, a partir das 20H00.

A 30 de Junho, das 10H00 às 13H00, oportunidade única para praticar desporto, através do projecto “Manhãs Desportivas”, no Parque Urbano de Mira Sintra. Destaque, ainda, para o concerto gratuito dos D’ZRT, às 22H00, no Largo da Igreja de Mira Sintra, e para o espectáculo de fogo de artifício, a partir da 1H00.

Em S. Pedro, os festejos arrancaram logo pelas 16H00 com o Grupo Folclórico de Belas e, depois, a partir das 20H30, actuaram os Alba Plena e os Peace Revolution.

Um dia depois, a 1 de Julho, a partir das 8H30, foi tempo para pedalar com a realização do 18º Passeio de Cicloturismo, com partida da Igreja de Santa Maria. Às 11H00, decorreu a cerimónia pública de condecoração dos elementos do corpo de bombeiros com medalha comemorativa do 75º aniversário.

Os festejos de S. Pedro terminaram neste dia, com um concerto dos Main Road, às 22H00, no Largo da Feira. – **Gab. Imp. CM Sintra**



## O LADO “VERDE” DA VIDA

“Se a maioria dos cientistas tiver correcta, temos uma década para impedir uma grande catástrofe, a qual pode destruir o nosso planeta com inundações, epidemias e ondas de calor que ultrapassam tudo o que já presenciámos”.

É esta a verdade inconveniente que nos apresentou o afamado documentário que deu o Óscar a Al Gore!!!

A destruição do meio ambiente é, presentemente, motivo de grande preocupação mundial e a JSD/GAIA tem a clara consciência da importância de lutar pela preservação do ambiente.

A situação do ambiente urbano nas principais cidades e áreas metropolitanas prende-se com diversos problemas: níveis do ruído, poluição atmosférica (que, segundo estudos realizados, mata perto de 3 milhões de pessoas ano), lixos, escassez de espaços verdes e o deficiente ordenamento territorial.

O crescimento das populações tem causado um acréscimo significativo na construção ficando esquecido um elemento vital a todos os seres vivos: *pulmões verdes que consigam de alguma forma “suavizar” os níveis de poluição.*

Não podemos ficar indiferentes a estes dados, todos nós temos a obrigação e o interesse em travar esta caminhada em direcção à auto-destruição.

Nós, a **Comissão Política da JSD/Gaia**, acreditamos que a **Educação Ambiental** tem de ser o agente de intervenção social privilegiado para a formação de uma melhor consciência ambiental.

Nesse sentido, a **JSD/Gaia** já aprovou em sede de Comissão Política a execução de actividades de sensibilização (Projecto: **GAIA ECOLÓGICA**) e está determinada em promover projectos de educação ambiental.

Estamos, igualmente, interessados em ser um parceiro enérgico deste Executivo Municipal.

Um executivo que não esquiva-se à sua responsabilidade e trabalha afincadamente na área do ambiente para melhorar a qualidade de vida de todos os gaienses.

Trabalho zeloso que já foi premiado com a bandeira verde ECOXXI, um prémio atribuído aos municípios que respeitam as boas práticas ambientais.

Temos, também, de felicitar a Câmara Municipal de Gaia pelo investimento de *cerca de cinco milhões de euros que fará para alcançar, até 2010, uma média de 5,9 metros quadrados de espaços verdes públicos por cada habitante.*

A JSD/GAIA será um baluarte na defesa do ambiente, não por considerar o “ambiente” um tema da moda, mas por ser um tema vital para a nossa existência.

Pela Comissão Política da JSD/Gaia  
Sérgio Santos  
(Vice-presidente)

## Pedro Rodrigues e Nuno Matias na tomada de posse dos novos órgãos concelhios



O Líder da JSD, Pedro Rodrigues, e o Presidente da Distrital de Setúbal, Nuno Matias, marcaram presença no jantar de tomada de posse dos novos órgãos concelhios de Setúbal. No jantar que juntou perto de uma centena de militantes e simpatizantes, e que deu posse à nova Comissão Política de Secção liderada por Desidério Santos, Nuno Matias referiu a importância que a JSD tem, em todo o Distrito de Setúbal, para mostrar que o projecto social-democrata é o que melhor pode garantir o futuro da região.

Já Pedro Rodrigues, referiu que a JSD Nacional quer afirmar-se como porta-voz dos jovens, e que desde a Reforma do Ensino Superior, ao Incentivo ao Arrendamento Jovem, passando pelas questões do 1º emprego, merecerão toda a atenção da estrutura. Destacando o bom trabalho feito pela JSD no Distrito, associou-se à campanha lançada pela Distrital em resposta às infelizes declarações do Ministro Mário Lino. “A haver algum deserto, será o das políticas de juventude do Governo2, afirmou.





### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária a realizar na Sexta-Feira, dia 20 de Julho de 2007, pelas 21,30 horas, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Local;
3. Análise da Situação Política Nacional.

### DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo do Artigo 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, para reunir no próximo dia 14 de Julho (Sábado), pelas 15h30m, no auditório do Instituto da Juventude, em Santarém, com a seguinte:

### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Análise da Situação Política

### SECÇÃO E

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção E, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção, no próximo dia 11 de Julho de 2007, pelas 21h00, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Revisão do Orçamento de 2007.

Nota. Caso não se verifique a existência de quórum à hora prevista, a assembleia terá início pelas 21h30 com qualquer número de presenças.

### MEALHADA

Ao abrigo do nº 51 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Mealhada, para reunir em sessão ordinária, no dia 13 de Julho de 2007, pelas 21h00, na Quinta dos Três Pinheiros, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;

3. Criação de núcleo residenciais do PSD no Concelho.

### NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir no próximo dia 20 de Julho (6º Feira) pelas 21h30, na sede do Núcleo, sita na Rua D. Afonso Henriques nº 1129, Pedrouços, com a seguinte,

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

### NÚCLEO DE S.DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo do artigo 59º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Domingos de Rana, para reunir em sessão ordinária, no dia 12 de Julho de 2007, pelas 21h00, na sede de Carcavelos, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.